Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

LEGISLATIVO

Governo e CLDF definem pauta antes de recesso

Com prazo até 15 de dezembro, serão priorizadas as votações do Orçamento, da Luos do Park Way, do Fundo Penitenciário e do projeto que se refere às melhorias nos serviços públicos

» IAGO MAC CORD

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O Palácio do Buriti colocou no centro da Ordem do Dia quatro projetos prioritários que devem ser deliberados em plenário antes do recesso parlamentar, marcado para o dia 16

O Governo do Distrito Federal (GDF) e a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) estabeleceram o alinhamento estratégico das matérias que serão submetidas à deliberação em plenário até 15 de dezembro, data final regimental para a realização de sessões ordinárias antes do recesso parlamentar, marcado para o dia 16.

O Palácio do Buriti colocou no centro da Ordem do Dia quatro projetos prioritários: a Proposta de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027, a instituição do Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário (Funap — PLC nº 108/2026), o Projeto de Lei da Limpeza Urbana (conhecido como Caça-Sujões — PL nº 2.221/2026) e a atualização da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) do Park Way. Adicionalmente, proposições voltadas à integração regional, como o Fundo de Desenvolvimento Integrado do Entorno (PLC 87/2025), que prevê R$ 116,8 milhões em infraestrutura e saneamento, permanecem em debate no âmbito distrital.

O eixo central dos trabalhos concentra-se na tramitação do Projeto de Lei nº 2.487/2026 (Ploa 2027), que fixa as despesas e estima a receita total do DF para o próximo exercício em R$ 80,1 bilhões. Sob a condução do presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (Ceof), deputado Eduardo Pedrosa (União), o colegiado deu parecer favorável aos relatórios parciais das áreas temáticas e marcou para 1º de dezembro a votação da peça final na comissão, abrindo caminho para o plenário antes de meados do mês.

Do montante global de R$ 80,1 bilhões, os recursos do Tesouro Distrital e do Fundo Constitucional (FCDF) somam R$ 78,1 bilhões — sendo R$ 48 bilhões destinados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R$ 30,3 bilhões oriundos dos repasses diretos da União via FCDF para o custeio da segurança pública, da saúde e da educação. O orçamento inclui, ainda, R$ 1,9 bilhão provenientes dos investimentos programados pelas empresas estatais não dependentes da capital.

A peça traz um crescimento nominal de 7,7% na soma entre Tesouro e FCDF frente à lei de 2026, um incremento bruto de R$ 5,57 bilhões. Já os investimentos financiados pelo Tesouro alcançarão R$ 2,67 bilhões (salto de 38%), chegando a R$ 3,03 bilhões quando somados aos aportes do FCDF, uma expansão de 41,4%.

No detalhamento setorial, a saúde pública receberá a maior verba da história do DF, totalizando R$ 16,84 bilhões — alta estimada entre 16,3% e 17,3% (cerca de R$ 2 bilhões adicionais) em relação ao ano anterior. A educação pública ocupará o segundo maior aporte, com R$ 17,78 bilhões alocados, marcando elevação de 8,17% a 19,6% nas dotações das unidades da rede de ensino.

O texto reserva, ainda, R$ 922 milhões destinados à execução de emendas parlamentares individuais formuladas pelos 24 deputados distritais, além de trazer previsões de concursos públicos para 2027 nas áreas de Auditor Fiscal da Receita, Planejamento Urbano e Infraestrutura, Especialista em Saúde Pública, Metrô-DF, Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e Magistério Público.

> **"O diálogo com a base do governo e a oposição sempre foi a pauta dos trabalhos. Para o final do ano, estaremos ajustando as demandas dos parlamentares e do governo, e, em breve, uma reunião para tratar dos projetos para 2027"**
>
> ***Celina Leão,*** *governadora do DF*

Atuação do governo

A governadora Celina Leão (PP) detalhou o planejamento do Poder Executivo para o encerramento das atividades legislativas do ano, ratificando que o calendário oficial da Casa estabelece o funcionamento das sessões ordinárias no plenário da CLDF até a data limite de 15 de dezembro. Ela destacou que a atuação articulada do governo está focada na análise e aprovação dos quatro projetos integrados formalmente à Ordem do Dia: o Fundo Penitenciário (PLC nº 108/2026), as modificações na Luos do Park Way, o Projeto de Lei da Limpeza Urbana (PL nº 2.221/2026) e a própria Lei Orçamentária Anual de 2027.

Ao analisar a destinação das receitas distritais para o ano vindouro, a governadora frisou que o setor da Saúde foi estabelecido como a prioridade número um na divisão dos recursos orçamentários do GDF. A chefe do Executivo acrescentou que as áreas de Segurança Pública e de Infraestrutura também constituem o bloco principal de investimentos que absorverão os maiores percentuais da arrecadação e dos repasses constitucionais previstos na proposta enviada à Câmara.

No âmbito da articulação política para assegurar as votações em plenário, Celina relatou que a equipe de governo intensificou o contato direto com os distritais no período pós-eleitoral, buscando consolidar a base de apoio necessária para destravar a pauta legislativa. "Após as eleições, estamos conversando com todos os Deputados e buscando o melhor quórum para tratar dos quatro projetos, já apresentados para ordem do dia", afirmou Celina.

Visando o novo ciclo de mandato que se inicia em 2027, ela apontou que a abertura institucional entre os Poderes guia a reta final das negociações. "O diálogo com a base do governo e a oposição sempre foi a pauta dos trabalhos. Para o final do ano estaremos ajustando as demandas dos parlamentares e do governo, e, em breve, uma reunião para tratar dos projetos para 2027", disse a governadora.

Articulação da base

O líder do governo na Câmara Legislativa, deputado Pepa (PP), assegurou que a condução dos trabalhos da base governista busca encerrar o ano legislativo com responsabilidade, diálogo e resultados concretos para a população do DF. O parlamentar salientou que atua na construção de consensos para assegurar a apreciação de matérias essenciais, como a Ploa 2027, sem limitar a Câmara apenas à pauta encaminhada pelo Buriti.

"A Câmara Legislativa não pode se limitar à apreciação das propostas encaminhadas pelo Executivo. Precisamos avançar nos projetos de autoria dos deputados, especialmente aqueles que atendem às demandas das regiões administrativas e promovem melhorias efetivas na vida da população", afirmou Pepa.

Durante os debates sobre o Orçamento de 2027, Pepa enfatizou a cobrança da maioria por recursos para saúde, educação, segurança pública, assistência social, mobilidade e infraestrutura, além da valorização dos servidores, fortalecimento do setor produtivo e investimentos nas áreas rurais — citando sua atuação em Planaltina, Sobradinho e junto aos taxistas — e destacando o papel complementar das emendas. "Os deputados conhecem de perto as necessidades das comunidades e destinam recursos para atender demandas que muitas vezes não conseguem espaço nas grandes programações orçamentárias", destacou.

Sobre o relacionamento com o Buriti, Pepa pontuou que a interlocução é pautada pela confiança e pelo respeito às prerrogativas legislativas, defendendo reciprocidade entre os Poderes e ponderando que divergências internas não comprometem a governabilidade. "É natural que existam opiniões diferentes dentro de uma base parlamentar plural. Isso faz parte da democracia e não deve ser interpretado, necessariamente, como dificuldade de relacionamento", disse o líder do governo, reafirmando a defesa de uma agenda equilibrada entre o Executivo e o Legislativo.

Cobranças da oposição

Já o líder da minoria na Casa, deputado Gabriel Magno (PT), pontuou que a prioridade da oposição nesta reta final é a defesa intransigente dos serviços públicos, a valorização dos servidores e a aprovação de projetos que garantam direitos reais à população. Na educação, afirmou ser indispensável aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 73/2025, de sua autoria, que assegura reajustes anuais para os recursos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf), além de cobrar a nomeação imediata dos aprovados nos concursos do Magistério, de Políticas Públicas e Gestão Governamental (PPGE) e da Universidade do DF (UnDF), o fortalecimento da educação inclusiva e a ampliação de creches públicas.

Na saúde pública, o líder oposicionista alertou para a urgência de enfrentar a crise das filas intermináveis, fortalecer a atenção básica com a ampliação das equipes de Saúde da Família e de saúde bucal e combater o modelo do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (Iges-DF) em defesa de um SUS 100% público. Ele acrescentou a luta por habitação popular, enfrentamento à especulação imobiliária, tarifa zero irrestrita no transporte público e proteção do Cerrado e da segurança hídrica.

Em relação à Ploa 2027, sustentou que a oposição disputará a distribuição dos recursos via emendas parlamentares, citando mais de R$ 64 milhões já destinados por seu mandato a 378 escolas públicas, habitação e Pdot.

"É inaceitável que o Distrito Federal, sendo uma das unidades da Federação com maior renda do país, conviva com escolas sem estrutura, falta de atendimento nos hospitais e transporte precário, enquanto bilhões de reais do patrimônio público são expostos a operações financeiras de alto risco. Nosso compromisso é disputar cada centavo do orçamento para garantir que o dinheiro público atenda às necessidades do povo brasiliense", afirmou Magno, prometendo fiscalização rigorosa junto a sindicatos, movimentos sociais, Tribunal de Contas do DF e Ministério Público.